



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

Dr. Henrik Larsen, Director do PNUD em Angola

Seminário de Validação da Avaliação do Ambiente Jurídico sobre VIH/SIDA

20 de Novembro de 2018

Instituto Nacional de Luta Contra SIDA (INLS)

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MINJUSDH) – PNUD Regional e Angola

Excelências,

Secretário de Estado para Saúde, Dr. José Cunha,

Exma. Directora Geral do INLS, Dra. Lúcia Furtado,

Exma. Directora Nacional para Direitos Humanos, Dra. Luisa Buta,

Exma. Dra. Carina Van-Dúnem, em representação do Embaixador em Angola,

Representantes da Sociedade Civil,

Membros do Grupo Técnico para Avaliação do Ambiente Jurídico sobre VIH/SIDA em Angola,

Consultor Nacional, Dr. Gervyz Domingos,

Prezados Participantes,

Muito bom dia!

Em nome do PNUD, gostaria de reiterar o meu apreço pela parceria com o Governo na realização deste seminário de validação do Relatório de “Avaliação do Ambiente Jurídico em Angola sobre VIH/SIDA” na perspectiva dos Direitos Humanos.

Gostaria também de destacar a importância da colaboração entre os Ministérios da Saúde e da Justiça para coordenação multisectorial desta avaliação que se valida hoje neste workshop.

Sob a vossa coordenação, conseguimos trabalhar positivamente com muitos outros actores. Por exemplo, a Assembleia Nacional, particularmente a Sexta, Sétima e Décima Comissões, contribuiu nas questões legislativas; os serviços prisionais substanciaram o trabalho de campo; o Instituto Nacional de Luta Anti-Drogas ressaltou questões de prevenção contra droga como meio de combater a epidemia; o Ministério da Juventude e Desportos foi central nas questões de saúde sexual reprodutiva para os adolescentes; e os Pontos Focais Ministeriais do Instituto Nacional de Luta contra SIDA foram importantes na coordenação intersectorial.

A sociedade civil contribuiu nas questões de sua inclusão nos processos legislativos e na elaboração de políticas, particularmente as organizações que representam e trabalham com populações chaves, tais como a IRIS, o H Maíuscula, a ASCAM e Cuidados de Infância. As Agências da ONU, como ONUSIDA, FNUAP e UNICEF, prestaram contribuição técnica em termos de harmonização de padrões sobre direitos humanos.

Esta avaliação do Ambiente Jurídico sobre VIH/SIDA tem origem nas recomendações da Comissão Mundial sobre o VIH e o Direito sob a liderança da ONU. Com o apoio do PNUD, já foi possível realizar a avaliação em 28 países.

O fortalecimento do ambiente jurídico na perspectiva dos Direitos Humanos se enquadra também no terceiro eixo do Quinto Plano Estratégico Nacional de Luta contra SIDA 2015-2018, e alinha-se aos 10 compromissos assumidos por Angola em 2016 com relação a Declaração Política da Assembleia Geral da ONU para acelerar as respostas nacionais ao VIH/SIDA e erradicar o SIDA até 2030.

De facto, o compromisso número 9 é de “Empoderar as pessoas vivendo com VIH, em risco de infeção pelo VIH ou afectadas pelo VIH para que conheçam os seus direitos e tenham acesso a justiça afim de prever e contestar violações dos seus direitos humanos”.

O escopo desta avaliação inclui os regimes legais sobre Direitos Humanos, Liberdades, Direitos e Garantias Constitucionais em Angola que têm uma incidência sobre a proteção das pessoas em relação ao HIV / SIDA como, por exemplo as pessoas vivendo com VIH/SIDA; as pessoas que fazem parte dos grupos vulneráveis ao VIH/sida ou das populações que são chaves para a resposta ao VIH como Mulheres, Adolescentes, Crianças; Refugiados e Migrantes; Prisioneiros; Trabalhadores de sexo; Usuários de drogas; Homen que fazem sexo com outros homens e pessoas LGTBs+. A avaliação é também relevante neste período em que se discute na Assembleia Nacional as leis relacionadas à transmissão do VIH, pois as experiências internacionais sobre a criminalização do VIH podem ser úteis para Angola.

O papel do PNUD na avaliação foi assistência técnica através de uma equipa de 4 juristas e especialista do PNUD que apoiou o processo através de recrutamento e supervisão contínua da equipa de 4 Juristas internacionais e nacionais. Entretanto, a liderança do processo manter-se-à nas mãos das entidades executivas e legislativas Angolanas, em estreita parceria com a sociedade civil Angolana.

Por isso foi criado o Grupo técnico coordenado pelo INLS e o Ministério da Justiça, cujos membros estão presentes nesta sala. De facto, o objectivo é para este Grupo apropriarse do conteúdo do Relatório e o transmitir a Comissão nacional de luta contra as grandes endemias, entidade máxima na resposta nacional ao VIH/sida.

Gostaria de concluir realçando que o fortalecimento dos ambientes jurídicos na base dos direitos das pessoas implica trabalharmos a favor da diversidade e inclusão e do respeito, defesa e protecção de todos sem “deixar ninguém para trás”.

Muito obrigado a todos e bom workshop!